

Potencialidades e desafios do ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia no IF Goiano - Campus Rio Verde/GO: um estudo de caso

Potentials and challenges of remote learning for deaf students in times of pandemic at IF Goiano - Campus Rio Verde/GO: a case study

Potencialidades y desafíos del aprendizaje remoto para estudiantes sordos en tiempos de pandemia en IF Goiano - Campus Rio Verde / GO: un estudio de caso

Andreza Alves Vieira¹

Orientador: Prof. Dr. Calixto Júnior de Souza²

Co-Orientador: Prof. Me. Adriano Aparecido da Silva³

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar as potencialidades e os desafios dos surdos nas aulas remotas do IF Goiano, Campus Rio Verde – GO. Trata-se de um estudo de caso realizado com os alunos surdos na disciplina Análise de Custos e Formação de Preços, no 3º período do curso Técnico em Administração. Justifica-se a realização desta pesquisa, uma vez que a inclusão dos alunos surdos é um tema de relevância social: o acesso à educação é direito de todos os cidadãos e a pandemia trouxe novos desafios para os envolvidos na educação dos alunos surdos. O estudo de caso, fundamentado pela pesquisa bibliográfica, teve como método de coleta de dados virtual a observação direta e a entrevista semiestruturada. A análise qualitativa dos dados demonstra que a inclusão dos alunos surdos por meio da Libras, com uma abordagem de ensino-aprendizagem bilíngue, é a melhor alternativa para atender adequadamente às especificidades da educação dos surdos. As tecnologias da informação e o uso de recursos visuais também podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Diante da complexidade e da importância do tema, recomenda-se que os estudos iniciados nesta pesquisa sejam continuados e ampliados para potencializar seus resultados.

Palavras-chave: Surdos. Inclusão. Libras. Aulas remotas. Recursos visuais.

ABSTRACT

This work aims to identify the potential and challenges of deaf people in remote classes at the IF Goiano, Campus Rio Verde – GO. This is a case study carried out with deaf

¹ Graduada em Administração (UEG). Especialista em Gestão de Produção e Qualidade (UCAM). Especialista em Gestão Estratégica dos Agronegócios e suas Tecnologias (UEG). Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos (UCAM). Pós-graduada em Formação de Professores e Práticas Educativas (IF Goiano, Campus Rio Verde - GO). Instrutora do SENAC Rio Verde – GO. E-mail: andreza.aav@gmail.com

² Doutor em Educação Especial (UFSCar). Professor do IF Goiano, Campus Rio Verde - GO. E-mail: calixto.souza@ifgoiano.edu.br

³ Mestre em Educação para Ciências e Matemática (IFG, Campus Jataí). Tradutor Intérprete da Libras/Língua Portuguesa (TILSP) na Educação Básica, Vice-Coordenador do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IF Goiano, Campus Rio Verde - GO. E-mail: adriano.aparecido@ifgoiano.edu.br

students in the subject Cost Analysis and Price Formation, in the 3rd period of the Technical in Administration course. This research is justified, since the inclusion of deaf students is a topic of social relevance: access to education is a right of all citizens and the pandemic brought new challenges for those involved in the education of deaf students. The case study, based on bibliographical research, had direct observation and interview as a method of virtual data collection. Qualitative data analysis demonstrates that the inclusion of deaf students through Libras, with a bilingual teaching-learning approach, is the best alternative to adequately meet the specific needs of deaf education. Information technologies and the use of visual resources can also contribute to the teaching-learning process. Given the complexity and importance of the topic, it is recommended that the studies initiated in this research be continued and expanded to enhance their results.

Keywords: Deaf. Inclusion. Pounds. Remote classes. Visual resources.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo identificar el potencial y los desafíos de las personas sordas en las clases remotas en el IF Goiano, Campus Rio Verde - GO. Se trata de un caso de estudio realizado con estudiantes sordos en la asignatura Análisis de Costes y Formación de Precios, en el 3er periodo de la asignatura Técnica en Administración. Esta investigación está justificada, ya que la inclusión de estudiantes sordos es un tema de relevancia social: el acceso a la educación es un derecho de toda la ciudadanía y la pandemia trajo nuevos desafíos para los involucrados en la educación de estudiantes sordos. El estudio de caso, basado en la investigación bibliográfica, utilizó la observación directa y entrevistas semiestructuradas como método de recolección virtual de datos. El análisis de datos cualitativos demuestra que la inclusión de estudiantes sordos a través de Libras, con un enfoque de enseñanza-aprendizaje bilingüe, es la mejor alternativa para satisfacer adecuadamente las necesidades específicas de la educación de sordos. Las tecnologías de la información y el uso de recursos visuales también pueden contribuir al proceso de enseñanza-aprendizaje. Dada la complejidad e importancia del tema, se recomienda continuar y ampliar los estudios iniciados en esta investigación para potenciar sus resultados.

Palabras clave: Sordo. Inclusión. Libras. Clases remotas. Recursos visuales.

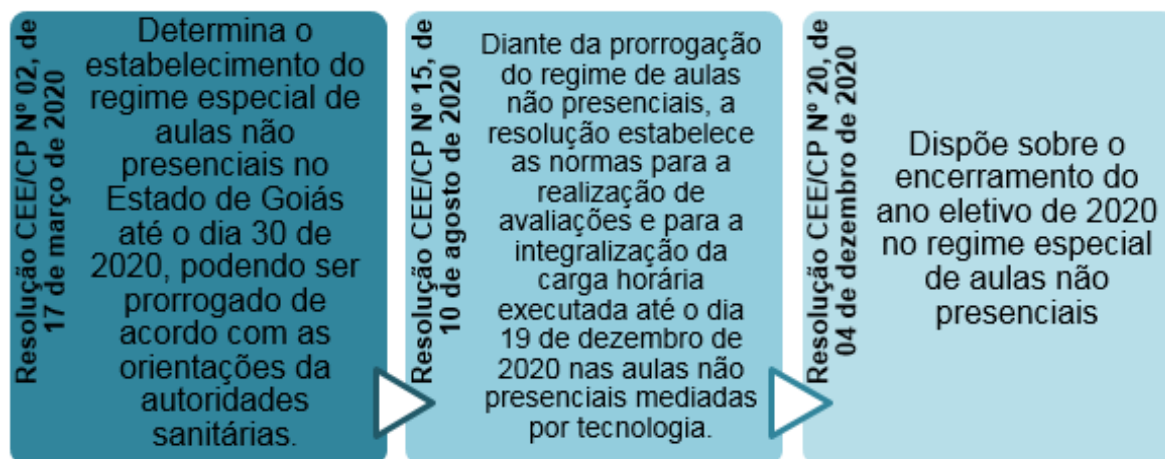
Introdução

O desenvolvimento deste estudo ocorreu no período de intensificação da pandemia da Covid-19 na região do sudoeste goiano. Foram adotadas como medidas de prevenção a suspensão das aulas presenciais e a adoção do regime de aulas remotas, resultando em novos desafios no contexto educacional, em especial para os alunos surdos.

Desde que a pandemia da Covid-19 se instalou no mundo, inúmeros países adotaram o fechamento total das escolas e iniciaram medidas emergenciais para tentar conter a proliferação de um vírus desconhecido. Em meio a uma crise sem precedentes, com proporções globais, educadores, educandos e suas famílias passaram a lidar cotidianamente com as múltiplas implicações da palavra imprevisibilidade e, em prol da manutenção da vida, estamos (re)aprendendo formas de ensinar, conviver em sociedade (AMARAL, 2020, p. 13).

O Conselho Estadual de Educação de Goiás - CEE, órgão responsável por regulamentar as aulas remotas e presenciais, publicou as seguintes resoluções durante o período de pandemia:

Figura 1 - Resoluções do Conselho Estadual de Educação de Goiás



Fonte: Elaborada pelos autores (2021); GOIÁS (CEE/CP Nº 02/2020, Nº 15/2020 e Nº 20/2020).

Nesse cenário, surge a pergunta norteadora desta pesquisa: Quais as potencialidades e os desafios do ensino remoto para os alunos surdos do IF Goiano Campus Rio Verde - GO em tempos de pandemia?

Para responder ao problema apresentado, foi proposta a seguinte hipótese: Os acadêmicos surdos poderão encontrar desafios no processo de ensino-aprendizado nas aulas remotas se não for adotada uma metodologia inclusiva com a presença do profissional Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILSP). Por outro lado, o uso de recursos visuais de modo inclusivo poderá contribuir ao facilitar o processo de ensino-aprendizado dos alunos surdos nas aulas virtuais.

Ressalta-se que a inclusão dos alunos surdos se mostra como um desafio para os docentes, que muitas vezes não se encontram preparados para lidar com as diferentes dificuldades de aprendizado enfrentadas por esses alunos, situação essa que foi intensificada nas aulas remotas.

Diante da problemática apresentada, definiu-se como objetivo geral: Identificar os desafios e as potencialidades das aulas virtuais para os acadêmicos surdos e propor sugestões de melhoria para facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos nas aulas remotas do IF Goiano, Campus Rio Verde - GO.

Foram estabelecidos como objetivos específicos a serem alcançados:

1. Conhecer a metodologia de ensino-aprendizado adotada nas aulas remotas da disciplina Análise de Custos e Formação de Preços ministrada no 3º período do curso Técnico em Administração;
2. Verificar se a metodologia de ensino-aprendizado adotada contribui para a inclusão dos alunos surdos nas aulas remotas;
3. Identificar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos no processo de aprendizagem nas aulas remotas;
4. Identificar os aspectos das aulas remotas mediadas pela tecnologia que podem contribuir para a inclusão dos alunos surdos;
5. Propor soluções para minimizar e/ou eliminar as dificuldades em relação à utilização das tecnologias aplicadas nas aulas remotas para os alunos surdos, visando

potencializar seus benefícios para promover a inclusão dos mesmos e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

Metodologia de Pesquisa

Este trabalho consiste em um estudo de caso de ordem prática com abordagem qualitativa. Para Severino (2016, p. 128), o estudo de caso é uma “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Ou seja, os dados obtidos nesse estudo poderão servir como ponto de partida para futuras pesquisas a serem realizadas na mesma área. As pesquisas de ordem prática são uma decorrência do desejo do pesquisador de conhecer seu objeto de estudo com o intuito de fazer algo de modo mais eficiente ou eficaz (GIL, 2021). No contexto desta pesquisa, o objetivo é aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos nas aulas virtuais.

O estudo se classifica, segundo a sua finalidade, como uma pesquisa aplicada, a qual “[...] abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (GIL, 2021, p. 25). A pesquisa foi realizada com os alunos surdos do 3º período do curso Técnico em Administração do turno vespertino do IF Goiano, Campus Rio Verde – GO. No ano de 2020 havia sete (7) alunos surdos matriculados na instituição; desses, três (3) alunos frequentavam o curso nessa turma e participaram do presente estudo, cujos perfis estão descritos na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Perfil dos alunos surdos

Aluno surdo A	- Sexo feminino. - Mora em Rio Verde – GO. - Bacharel em Administração (Cursando 1º período).
Aluno Surdo B	- Sexo masculino. - Mora em Goiânia – GO. - Graduado em Letras/Libras.
Aluno Surdo C	- Sexo feminino. - Mora em Rio Verde – GO. - Técnico em Alimentos.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

A primeira etapa foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2021, p. 28), pode ser definida como a pesquisa “elaborada com base em material já publicado”. Essa etapa constitui a base deste trabalho, pois através dela foi desenvolvido o referencial teórico que possibilitou o aprofundamento dos resultados obtidos no estudo de caso.

No desenvolvimento do estudo foi realizada uma pesquisa de campo, que, segundo Lakatos e Marconi (2016), é o tipo de pesquisa aplicada visando obter informações e conhecimento sobre um problema, uma hipótese ou a descoberta de novos fenômenos e suas relações. A aplicação dessa metodologia teve como objetivo

identificar as principais potencialidades e desafios do ensino remoto para os alunos surdos no período de pandemia, possibilitando a apresentação de sugestões de melhoria para o processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (LAKATOS; MARCONI, 2016, p. 169). Nesse caso, as informações que se buscou obter e analisar foram coletadas de modo virtual durante as aulas remotas da disciplina Análise de Custos e Formação de Preços no período da pandemia da Covid-19.

Para iniciar a investigação, primeiramente foi necessário entrar em contato com a professora titular da disciplina, com o TILSP da instituição e com os alunos surdos inscritos na turma investigada para obter o consentimento dos mesmos em participar da pesquisa.

A disciplina Análise de Custos e Formação de Preços foi escolhida por dois fatores: era a disciplina que estava em andamento durante o período de coleta de dados, e também é uma disciplina da área de Administração (ou seja, é uma área de conhecimento de domínio da pesquisadora).

A coleta de dados durante as aulas foi realizada no período de 11 de novembro de 2020 a 09 de dezembro de 2020, sendo:

- 1º aula via *Google Meet* no dia 11/11/2020 das 14h às 15h.
- 2º aula via *Google Meet* no dia 18/11/2020 das 14h às 15h.
- 3º aula via *Google Meet* no dia 25/11/2020 das 14h às 15h.
- 4º aula via *Google Meet* no dia 02/12/2020 das 14h às 15h.
- 5º aula via *Google Meet* no dia 09/12/2020 das 14h às 15h.

Durante as reuniões foram realizadas observações diretas com anotações e registros visuais, para que posteriormente os pesquisadores pudessem fazer as análises dos dados. Com essas informações foi elaborada uma apresentação de *slides* como material didático sobre o conteúdo Formação de Preço de Venda utilizando mais recursos visuais e a Libras para complementar a explicação do conteúdo.

Visando elucidar as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e de campo, esse material foi apresentado em uma reunião via *Google Meet* no dia 16/12/2020, das 14h às 15h, com auxílio do TILSP, para avaliação e validação pelos alunos surdos por meio de uma entrevista semiestruturada. Nesse contexto, Gil (2021, p. 34-35) afirma que o propósito de um estudo de caso consiste em “[...] proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

A natureza da abordagem da pesquisa é qualitativa. Conforme Flick (2009), a pesquisa qualitativa consiste em um método de investigação científica que valoriza a subjetividade do objeto de estudo, observando os aspectos emocionais, intelectuais e sociais do público-alvo, uma vez que leva em consideração em suas análises as opiniões, os sentimentos, as atitudes e os comentários de determinados grupos de pessoas dentro do contexto investigado. Nesta perspectiva, o foco da pesquisa qualitativa é aprofundar a compreensão do seu objeto de estudo sem se preocupar com a sua representatividade numérica.

O desenvolvimento da pesquisa propôs uma análise mais aprofundada apenas dos alunos surdos dessa turma, visando fazer uma proposição inicial dos desafios e potencialidades do ensino remoto na promoção de uma educação inclusiva.

Referencial Teórico

Marcos legais na educação de surdos

Os principais marcos legais em relação à educação inclusiva no Brasil são:

Quadro 1 – Marcos legais na educação de surdos

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
Resolução CNE/CEB⁴ nº 2, de 11 de setembro de 2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências (BRASIL, 2002).
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005).
Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008	Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir, conforme Brasil (2008): - Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; - Transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; - Oferta do atendimento educacional especializado; - Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; - Participação da família e da comunidade; - Acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e - Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009).
Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2010)
Decreto nº 7.611, de 7 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências (BRASIL, 2011).
PNE 2014 – 2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 05 de junho de 2014	O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê algumas ações no período de 2014 a 2024 para o desenvolvimento da educação no Brasil. Apresenta metas e estratégias para diferentes públicos, incluindo os surdos (BRASIL, 2015a).
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015b).
Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016).

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

⁴ Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB).

Ainda sobre os aspectos legais da inclusão de surdos nas escolas regulares se faz necessário explicar que esse processo teve início com a Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha em 1994 (BRASIL, 1994). Esse é um dos marcos fundamentais na história da educação de surdos, pois a sua política reafirmou o compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a imprescindibilidade de se adotar medidas em caráter de urgência para atender crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, sendo acolhida na maioria dos países (STROBEL, 2018).

Analisando a legislação em vigor no Brasil, entende-se que o surdo tem o direito de ser educado em sua língua materna, a língua de sinais, desde criança, nos anos iniciais da educação. Ele precisa ser alfabetizado e letrado em Libras, de modo que a Língua Portuguesa vá se inserindo naturalmente no processo de ensino-aprendizagem como segunda língua. Assim, o surdo terá o seu direito linguístico preservado, possibilitando a construção da sua cultura e identidade surda.

Além disso, o surdo tem o direito de ter uma educação plena. Ele deve ter seu acesso às escolas (regular, especial, inclusiva e/ou bilíngue) garantido, assim como tem o direito de obter os mesmos conhecimentos escolares que os demais alunos da sua classe, condizentes com o nível educacional em que se encontra. O aluno surdo não deve ser excluído da sociedade, sendo segregado em escolas especiais e que pouco contribuem para a formação crítica dele.

Foi aprovada uma lei, porém cabe perguntar o que constava nela: permitir aos sujeitos surdos o acesso ao ensino regular? Mas onde estavam os professores preparados? Qual era a infraestrutura das portas que eram abertas ao povo surdo nas escolas? O problema é que essas escolas ainda não respeitam essa advertência e continuam tratando os sujeitos surdos como os demais alunos (STROBEL, 2018, p. 124).

O surdo, assim como todos os outros alunos, deve ter acesso à educação escolar comum, uma vez que a escolarização é o principal caminho para a conquista de direitos e para a promoção de uma participação social efetiva. Nesse contexto, “fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras” (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 16-17). É mister identificar as origens da discriminação para eliminar suas causas e promover a inclusão do sujeito surdo com equidade e isonomia.

Surdo: identidade e cultura

O Art. 2º do Capítulo I do Decreto nº 5.626 de 2005 considera como pessoa surda “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Em outras palavras, a legislação brasileira entende como principal característica da identidade surda a comunicação através da Libras.

Segundo Strobel (2018, p. 55), “a língua de sinais é uma língua prioritária do povo surdo que é expressa através da modalidade espaço visual”. Sendo assim, é através da Libras que o sujeito surdo pode transmitir e adquirir conhecimento por meio do processo de comunicação. Ressalta-se que entre o povo surdo não é feita a diferenciação dos sujeitos surdos em relação ao grau de surdez. O que é importante para eles é pertencer ao grupo, definindo suas identidades surdas por meio da Libras e da cultura surda (STROBEL, 2018).

Gesser (2009, p. 12, grifo do autor) explica que “em qualquer lugar em que haja surdos interagindo, haverá línguas de sinais. Podemos dizer que o que é *universal* é o impulso dos indivíduos para a comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é **sinalizado**”. Embora a língua de sinais não seja única em todo o mundo, pode-se afirmar que a comunicação sinalizada é uma peculiaridade que distingue e identifica o povo surdo, representando e significando as experiências visuais e corporais dos surdos. Logo, destaca-se a visualidade como o principal fator constituinte da identidade de cultura surda. Sob essa perspectiva, Strobel (2018, p. 29, grifo do autor) contextualiza que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Outro aspecto relevante da comunidade surda destacado por Strobel (2018) refere-se ao fato da mesma ser composta por sujeitos surdos e ouvintes (membros da família, intérpretes, docentes, amigos, etc.) que participam e compartilham dos interesses da comunidade surda local. Strobel (2018), refletindo sobre os motivos que levam os sujeitos surdos a se comportarem de modo diferente dos ouvintes, compreendeu que isso se deve às peculiaridades da cultura surda, também chamadas de “artefatos culturais”, ou seja, “[...] as suas atitudes de ser surdo, de ver, de perceber e de modificar o mundo” (STROBEL, 2018, 44). O Quadro 2 a seguir apresenta esses artefatos:

Quadro 2 – Os artefatos culturais do povo surdo

ARTEFATO	DESCRIÇÃO
Experiência visual	Refere-se à forma como os sujeitos surdos percebem o mundo, que é diferente dos ouvintes por ser baseada no aspecto visual.
Desenvolvimento linguístico	A língua de sinais é um aspecto fundamental da cultura surda.
Família	O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre para a maioria das famílias surdas, que não veem na criança um "problema social" como ocorre com a maioria das famílias ouvintes.
Literatura surda	Ela traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos. Multiplica-se em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais.
Vida social e esportiva	São acontecimentos culturais, tais como casamentos entre os surdos, festas, lazeres e atividades nas associações de surdos, eventos esportivos e outros.
Artes visuais	Os povos surdos fazem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura.
Política	São os movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos.
Materiais	Há artefatos materiais resultantes da transformação da natureza pelo trabalho humano, e sua utilização é condicionada ao enleio do comportamento cultural dos povos surdos.

Fonte: STROBEL (2018); adaptado pelos autores (2020).

Com base nas informações do Quadro 2 pode-se ter um vislumbre da amplitude e da riqueza da cultura surda. O fato de ser diferente do ouvinte não é um problema para o surdo. De acordo com Gesser (2009, p. 64), “a surdez é muito mais um problema para o ouvinte do que para o surdo”. Isso porque a sociedade, de modo geral, tem uma visão limitante da capacidade do surdo. O preconceito e a falta de conhecimento são os principais desafios nesse sentido.

“A representação social julga a cultura dos surdos pela cultura ouvinte e tem a pretensão de achar que só aquilo que as pessoas ouvintes fazem é que está correto” (STROBEL, 2018, p. 99). Por isso, esses paradigmas e crenças limitantes precisam ser rompidos para promover a inclusão efetiva do surdo. É por meio do convívio social que as pessoas, tanto surdas quanto ouvintes, aprendem a viver em sociedade, adquirindo o respeito mútuo e obtendo as chaves para sua autoconstrução.

Resultados e discussões

O foco deste estudo de caso está centrado em conhecer os desafios e as potencialidades vivenciadas pelos alunos surdos nas aulas remotas.

A investigação foi subsidiada por meio de observações sistematizadas na turma do 3º período do curso Técnico em Administração do IF Goiano, Campus Rio Verde - GO, na disciplina Análise de Custos e Formação de Preços. Essa turma é composta por um total de 24 alunos matriculados, deles 21 alunos são ouvintes e 3 são surdos, constituindo-se esses últimos como o foco desta pesquisa.

Para preservar a identidade dos participantes, adotou-se a respectiva denominação para os sujeitos envolvidos na coleta de dados: para os alunos surdos: “Aluno Surdo A”, “Aluno Surdo B” e “Aluno Surdo C”; para a docente: “professora”; para o profissional Intérprete de Libras/Língua Portuguesa: “TILSP”; e para os demais alunos da turma: “Aluno ouvinte”.

Os dados das observações foram coletados em cinco aulas, as quais serão detalhadas e discutidas da seguinte forma:

Aula 01: A aula ocorreu no dia 11/11/2020, sendo ministrada pela professora regente da disciplina e acompanhada pelo TILSP, tendo como tema a revisão da nomenclatura dos termos contábeis. A metodologia adotada pela professora foi o uso de imagens de recortes de vídeos para revisão e explicação do conteúdo. As observações realizadas em relação aos alunos surdos foram listadas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Observações da Aula 01

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Permaneceu o tempo todo com a câmera desligada, não sendo possível registrar nenhuma interação durante a aula.
Aluno Surdo B	- Foi participativo e questionador. - Demonstrou interesse e atenção. - Apresentou domínio da Libras. - Foi desinibido e brincalhão. - Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Entendeu o conteúdo teórico, porém teve dúvidas nos cálculos.
Aluno Surdo C	- Ausente nesta aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No decorrer da aula observou-se que a professora é ouvinte, pois os questionamentos realizados pelos alunos surdos foram interpretados e repassados apenas pelo TILSP, ou seja, não houve uma mediação direta entre a professora e os surdos.

Um dos desafios identificados refere-se à visualização da reunião durante o compartilhamento de tela pela ferramenta *Google Meet*, uma vez que só é possível visualizar a janela de quem está apresentando. Dessa forma, houve uma dificuldade do intérprete em parar constantemente a explicação da professora para fazer a voz do aluno surdo diante da organização do tempo durante a aula. Sem o contato visual, os meios de comunicação entre a professora e os alunos se tornam limitados.

Percebe-se que sem a presença do intérprete os alunos surdos não teriam conseguido participar da aula com algum aproveitamento, pois o conteúdo é bastante técnico. Nesse contexto, Gesser (2009, p. 47, grifo do autor) apresenta a relevância do TISLP como possibilidade para facilitar a construção do conhecimento dos alunos surdos:

Afirmar que o surdo precisa de intérprete em espaços institucionais em que as pessoas não falam a sua língua já é um direito reconhecido pela Lei nº 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002. Então, escolas, universidades, repartições públicas, tribunais, hospitais etc. devem atender essa população específica assegurando-lhe o seu direito linguístico de poder ser assistido em sua própria língua. Por outro lado, retomando a afirmação compartilhada pelo senso comum de que o intérprete é a 'voz' do surdo, pode-se encobrir uma crença de que o surdo não tem língua, e isto, sabemos, não é verdade.

Aula 02: A segunda aula ocorreu no dia 18/11/2020, sendo ministrada pela professora regente da disciplina e acompanhada pelo TILSP, abordando o tema formação de preço de venda. A metodologia adotada pela professora foi o uso de imagens de recortes de vídeos para explicação do conteúdo por meio de uma apresentação de *slides*. As observações realizadas em relação aos alunos surdos foram listadas no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Observações da Aula 02

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Permaneceu o tempo todo com a câmera desligada, não sendo possível registrar nenhuma interação durante a aula.
Aluno Surdo B	- Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Foi participativo e interagiu com a professora. - Estava atento. - Entendeu o conteúdo e afirmou não ter dúvidas ao final da aula.
Aluno Surdo C	- Teve um atraso de 20 minutos para entrar na aula. - Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Estava atento. - Teve poucas interações com o intérprete. - Entendeu o conteúdo e afirmou não ter dúvidas ao final da aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No início da aula a professora informou que os alunos surdos estavam conseguindo fazer as atividades no *Moodle* e que estavam alcançando um bom desempenho. Nesse momento, o Aluno Surdo B comentou que conseguia fazer as

atividades, estava aprendendo e estava muito feliz, pois observou que iria conseguir tirar nota. Segundo ele, os outros professores, nas matérias anteriores (que também ocorreram de forma remota), desprezaram-no. Não gosta nem de lembrar, pois o tratavam com descaso, e assim ele achava o conteúdo muito difícil.

Ressalta-se a relevância de refletir sobre a educação inclusiva que vem sendo oferecida aos alunos surdos na atualidade. É necessário avaliar se as escolas realmente contam com os recursos de que precisam para disponibilizar uma educação de qualidade para o surdo, tais como: profissionais qualificados e fluentes em Libras, TILSP em quantidade suficiente para atender à demanda, materiais bilíngues acessíveis ao aluno surdo, dentre outros.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais (MACHADO, 2009, p. 72-73, grifo do autor).

Diante dessa colocação, destaca-se a necessidade de o professor conhecer o aluno, compreendendo suas especificidades. É mister lutar para promover uma educação com equidade nos ambientes educacionais, fazendo a junção entre a igualdade e a diferença para promover uma educação de qualidade.

• **Aula 03:** A terceira aula ocorreu no dia 25/11/2020, sendo ministrada pela professora titular da disciplina e acompanhada pelo TILSP, quando foi realizada uma revisão dos temas análise de custos e formação de preços. A metodologia adotada pela docente foi uma apresentação de *slides* com uso de imagens, tabelas, gráficos e exemplos dos cálculos. O Quadro 5 a seguir apresenta as observações realizadas em relação aos alunos surdos:

Quadro 5 – Observações da Aula 03

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Ausente nesta aula.
Aluno Surdo B	- Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Destacou-se ao utilizar o recurso do plano de fundo do <i>Google Meet</i> e explicar aos colegas como fazer isso (junto ao TILSP). - Foi participativo e questionador. - Demonstrou interesse e atenção. - Na explicação dos gráficos procurou esclarecer suas dúvidas junto ao intérprete.
Aluno Surdo C	- Permaneceu o tempo todo com a câmera desligada, não sendo possível registrar nenhuma interação durante a aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A professora iniciou a aula informando que todos os alunos estavam conseguindo concluir as atividades, com exceção do aluno surdo A. No decorrer da aula observou-se os seguintes pontos de melhoria:

- ✓ No conteúdo que envolve interpretação de gráficos, a explicação deve ser feita com pausas e mais devagar para que os alunos surdos tenham tempo de esclarecer suas dúvidas junto ao TISLP antes que se passe para o próximo conteúdo.
- ✓ É possível tornar os gráficos mais visuais utilizando desenhos para ilustrar seu significado.
- ✓ Sugere-se mostrar um gráfico por vez para evitar sobrecarga de informações.
- ✓ Nas tabelas que demonstram os resultados do cálculo sugere-se colocar um ícone com a memória de cálculo detalhando passo-a-passo.
- ✓ A apresentação dos resultados em forma de tabela facilita o entendimento da relação entre as variáveis, uma vez que os cálculos são acumulativos, ou seja, o resultado de uma operação influencia no cálculo dos itens seguintes.

É nesse panorama que a educação bilíngue se sobressai como a melhor alternativa para o sujeito surdo.

Diante de um ambiente educacional inclusivo e bilíngue, adequado à convivência com surdos (Libras/LP), naturalmente vai ocorrer a estruturação mental e organização simbólica onde são articuladas as imagens com uma linguagem adequada favorecendo a estruturação do pensamento para um diálogo cognitivo e intelectual. Em outras palavras, tudo que seria falado, descrito, detalhado, comentado, observado, demonstrado pela fala oral, passa a ser também através da relação visual com imagens, em sinais. Não se trata de uma relação excludente como alguns insistem em manter. A oralidade com a sinalização convivem muito bem simultaneamente (FALCÃO, 2011, p. 219).

Nesse âmbito, evidencia-se que a educação inclusiva para o sujeito surdo só é possível em um ambiente educacional bilíngue. Assim, faz-se necessário repensar a prática escolar como um todo, buscando novas alternativas para promover uma efetiva inclusão dos alunos surdos, valorizando e respeitando sua cultura e identidade. Nesse sentido, o professor não deve se render às circunstâncias, tornando-se refém das dificuldades. É preciso buscar apoio sempre que necessário, além de se manter em constante formação e busca pelo conhecimento.

Para Correia e Neves (2019, p. 10), “os conceitos dos docentes precisam ser repensados quanto ao que se ensinar e aprender, sendo necessário construir novos sentidos em relação à concepção de quem é o surdo e a sua visão de mundo”. Logo, cabe ao docente refletir sobre a sua prática, analisar o que deu certo e o que pode ser melhorado, buscando novas alternativas para promover uma educação de qualidade para todos os seus alunos, sem exceções.

É preciso valorizar o aluno, conhecê-lo, partindo das suas vivências e experiências para a construção do conhecimento. O diálogo e a autonomia do aluno são fundamentais no processo de ensino e aprendizado. Dessa forma, tanto as atividades quanto os materiais desenvolvidos pelos professores devem ter como foco o aluno, sempre respeitando suas especificidades e promovendo a diversidade.

• **Aula 04:** A quarta aula ocorreu no dia 02/12/2020, a qual foi ministrada pela docente da disciplina e acompanhada pelo TISLP, abordando os conceitos de margem de contribuição e de ponto de equilíbrio para explicar o Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC), o Ponto de Equilíbrio Financeiro (PEF) e o Ponto de Equilíbrio Econômico (PEE). A metodologia utilizada pela docente foi a apresentação de *slides* com gráficos e exemplos dos cálculos. As observações feitas em relação aos alunos surdos nessa aula estão listadas no Quadro 6:

Quadro 6 – Observações da Aula 04

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Permaneceu o tempo todo com a câmera desligada, não sendo possível registrar nenhuma interação durante a aula.
Aluno Surdo B	- Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Foi participativo. - Expressou suas dificuldades em relação ao <i>Moodle</i> .
Aluno Surdo C	- Ausente nesta aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No começo da aula, quando a professora lembrou aos alunos das atividades pendentes no *Moodle*, o Aluno Surdo B informou sua opinião sobre a plataforma dizendo que tem dificuldade em mexer, pois a *internet* falha. Porém, ele afirmou que se fizer as atividades só dentro do *Moodle* fica mais fácil⁵. Diante da consideração do Aluno Surdo B, a professora explicou que deixaria os discentes fazerem as atividades dentro da plataforma sem a necessidade de anexar arquivos.

Nesse contexto, destaca-se a importância de o professor fazer o planejamento adequado de suas aulas, desenvolvendo materiais didáticos interativos e visuais, de modo que os mesmos possam contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos com qualidade.

Ao ter um aluno surdo em sala de aula, é função do professor descobrir caminhos, pesquisar e refletir a cerca de sua prática; construir efetivamente aprendizados, permitindo sua inserção social na vida comum e no mundo do trabalho (SANTOS, 2017, p. 81).

O que se pode observar na realidade, no entanto, é que não há professores adequadamente qualificados para trabalhar com os surdos em quantidade suficiente para atender à demanda. Conforme Lebedeff (2017), há uma distância entre o discurso e a prática. O sujeito Surdo é visual, mas na prática as metodologias de ensino não privilegiam estratégias visuais que contribuem para a produção de conhecimentos.

• **Aula 05:** A quinta aula ocorreu no dia 09/12/2020, sendo ministrada pela professora regente da disciplina e acompanhada pelo TILSP. Por ser a última aula da disciplina, foi realizada uma revisão geral de todos os conteúdos estudados. A metodologia adotada pela docente foi o uso de imagens de recortes de vídeos para explicação dos cálculos. As observações realizadas em relação aos alunos surdos foram listadas no Quadro 7:

⁵ Com base na experiência pessoal da pesquisadora em relação ao Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem *Moodle*, pode-se afirmar que o mesmo tem várias funcionalidades para a realização de atividades. Uma das opções é o professor criar um campo para que o aluno faça a postagem de um arquivo. Ou seja, ele precisa organizar o trabalho previamente e salvar no dispositivo de acesso (computador, celular, etc.) e depois anexar dentro da plataforma para avaliação. Outra opção é o docente abrir um campo para o aluno digitar a atividade dentro da própria plataforma, sem precisar anexar arquivos. É essa a opção que o Aluno Surdo B considera mais fácil para fazer as atividades.

Quadro 7 – Observações da Aula 05

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Ausente nesta aula.
Aluno Surdo B	- Permaneceu o tempo todo com a câmera ligada. - Foi participativo, demonstrando interesse e atenção. - Procurou esclarecer suas dúvidas junto ao intérprete.
Aluno Surdo C	- Ausente nesta aula.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nessa aula observou-se que a professora fez *login* na reunião em dois dispositivos diferentes no momento de fazer a apresentação. Acredita-se que tenha sido para poder visualizar a sala de reunião ao mesmo tempo em que explicava o conteúdo através dos *slides*.

Outro ponto que se destacou foram as cores utilizadas na apresentação do primeiro vídeo, uma vez que o contraste entre o azul e o vermelho ficou forte, de modo que o conteúdo estava sendo visualizado um pouco embaçado.

De acordo com Santos (2017, p. 26), “no caso do aprendizado de alunos surdos, em que o sentido mais aguçado é a visão, as imagens assumem grande importância nos processos cognitivos de aprendizagem”. Nas aulas remotas, utilizar recursos e estratégias que valorizem o aspecto visual é a melhor alternativa para promover a inclusão do surdo.

Para Lebedeff (2017, p. 230), “nada mais justo do que pensar a educação para este povo a partir das suas especificidades linguísticas, culturais e de interação e compreensão do mundo”, ou seja, adotar práticas que remetam a estratégias visuais para o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

O professor deve utilizar em sala de aula (presencial ou virtual) recursos diversificados, tais como: literatura, teatro, desenho, pinturas, gravuras, esculturas, fotos, vídeos, etc. O simples fato de utilizar imagens em sala de aula facilita a comunicação entre professor e aluno surdo, entretanto, para que alcance uma aprendizagem significativa, é necessário utilizar as imagens com estratégia, que elas sejam pensadas especificamente para ensinar (SANTOS, 2017).

Os professores ouvintes, contudo, não costumam desenvolver propostas educativas baseadas na visualidade, sendo necessário ressignificar suas práticas pedagógicas e respeitar as experiências visuais dos alunos Surdos.

Nesse sentido, Taveira e Rosado (2017) explicam que o professor deve buscar recursos da didática da invenção surda para enriquecer visualmente sua prática pedagógica, de modo que o surdo possa ter suas necessidades atendidas no processo de ensino e aprendizagem.

• **Entrevista:** A reunião com os alunos surdos ocorreu no dia 16/12/2020, sendo conduzida pela pesquisadora juntamente com o TILSP. Com base nas observações realizadas durante a coleta de dados nas aulas anteriores foi elaborada pelos pesquisadores uma apresentação de *slides* para o conteúdo “Formação de Preço de Venda” com uma abordagem mais visual e inclusiva ao utilizar a língua de sinais na elaboração dos mesmos. O objetivo da reunião foi mostrar a apresentação aos alunos surdos e entender o seu ponto de vista em relação aos pontos de melhorias nas aulas. As observações obtidas junto aos alunos surdos estão listadas no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Observações da Entrevista

ALUNO	OBSERVAÇÕES
Aluno Surdo A	- Gostou de ter desenho em Libras, disse que precisam mais disso. A Libras, o TILSP e a imagem são bons para facilitar o aprendizado. - Um dos <i>slides</i> contém uma imagem de um porquinho cheio de dinheiro quebrado simbolizando a falência, e o aluno demonstrou ter entendido o significado da imagem dentro do contexto. - Gostou bastante do visual relacionado ao desenho do avatar sinalizando em Libras, pois conseguiu entender melhor. No entanto, explicou que isso depende de cada surdo, pois alguns podem ver e não entender. - Nas aulas em que o TILSP não está presente, o aluno afirmou que o professor fica oralizando e não entende nada, o que o deixa ansioso e agoniado, pois quer aprender e não consegue. Fica perdido em sala de aula, acaba ficando de recuperação e nem é informado. O professor precisa criar estratégias para alcançar o surdo. O TILSP não basta, precisa de mais metodologias.
Aluno Surdo B	- Gostou do <i>PowerPoint</i>, disse que ficou bem visível e que a visualidade é importante para o surdo. Conseguiu contextualizar o passo-a-passo com os desenhos, os sinais, a língua portuguesa e o TILSP. - Apontou a queda da <i>internet</i> como uma dificuldade, pois perde a sequência da explicação. - O aluno demonstrou não ter entendido o significado da imagem do porquinho quebrado dentro do contexto. - Achou bom o uso do avatar sinalizando em Libras, pois valoriza a identidade surda. Quando o <i>slide</i> não tem nada visual, olha apenas para o TILSP. - O aluno afirmou que é preciso ter mais ferramentas que os apoiem em todos os lugares, pois sem acessibilidade e sem o TILSP, o ouvinte não entende o surdo e ele se sente excluído. - Nas aulas em que o TILSP não está presente, o aluno explicou que o professor conversa de costas e ele nem sabe que o docente está falando. Alguns professores usam <i>slides</i> visuais, e isso ajuda muito, porém ele precisa do intérprete e de outros recursos. Por exemplo: escrever no quadro a data da prova.
Aluno Surdo C	- Ausente na reunião.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Diante das considerações dos alunos, os pontos que mais se destacaram foram:

- ✓ É preciso ter uma análise crítica ao fazer uso de imagens, pois cada pessoa tem um conhecimento de mundo e às vezes a imagem utilizada poderá ser equivocada, conforme evidenciado pelo “cofre de porquinho”.
- ✓ Ficou evidente que a presença do intérprete é essencial, porém ela precisa ser conciliada com outras metodologias que valorizem a cultura e a identidade surda para promover uma educação de qualidade.
- ✓ Constou-se, por meio da pesquisa realizada para compor a fundamentação teórica deste estudo, que a escola bilíngue⁶ é a melhor opção para a educação de surdos.

⁶ Em uma escola bilíngue a Libras e o Português são línguas de instrução, porém a Libras é definida como L1 enquanto a Língua Portuguesa é aprendida como L2. Nessas escolas, os ambientes são específicos para surdos e contam com a presença de professores bilíngues (FERNANDES, 2018).

Nessas escolas há profissionais surdos (fluentes em Libras e Língua Portuguesa) e profissionais ouvintes bilíngues, que dominam a Língua de Sinais e são membros ativos da comunidade surda, conhecendo suas especificidades. Dessa forma, o docente é capaz de desenvolver estratégias adequadas às necessidades específicas do aluno surdo, promovendo uma inclusão efetiva no processo de ensino-aprendizagem, principalmente através de estratégias visuais.

✓ Para melhorar os *slides* apresentados é preciso reduzir a quantidade de textos em Língua Portuguesa, retirar as imagens que possam causar dupla interpretação e trabalhar as fórmulas de cálculos matemáticos de modo mais detalhado e inclusivo por meio da Libras. Esses foram os momentos em que os alunos demonstraram, através da expressão facial, terem mais dúvidas durante a apresentação dos *slides*.

✓ Destaca-se que a elaboração de *slides* com elementos mais visuais para a compreensão de conteúdo ministrado pelo docente e mediado com a interpretação em libras pelo TILSP não é uma solução, mas uma ADEQUAÇÃO. Quando se fala de elementos visuais haverá sempre a necessidade de uma abordagem crítica, pois não é qualquer imagem que representa o conteúdo. Às vezes as imagens são utilizadas apenas para enfeitar os *slides* e não condizem com o conteúdo, causando dificuldade na compreensão do conteúdo e confundindo a compreensão do aluno surdo.

✓ Outro ponto relevante a ser ressaltado é que a elaboração dos *slides* com o avatar sinalizando em Libras só foi possível com o auxílio do TILSP, uma vez que essa estratégia requer conhecimento linguístico de terminologias específicas na Libras.

✓ E, por fim, pode-se afirmar que a utilização de estratégias visuais não substitui a necessidade da presença do TILSP nas aulas, quer sejam remotas ou presenciais. O aluno surdo precisa ser atendido em sua língua materna para que seu direito a uma educação inclusiva e de qualidade seja assegurado.

Considerações finais

Pode-se apontar que os objetivos pretendidos com este estudo de caso foram alcançados. No entanto, o trabalho levantou outros questionamentos, pois evidenciou na prática a complexidade da educação de surdos, principalmente no cenário da pandemia. Percebe-se que os surdos são sujeitos que, mesmo tendo seus direitos garantidos pela legislação, precisam reafirmar constantemente a questão da inclusão e da igualdade no contexto educacional, uma vez que até mesmo seu direito mais básico de ser atendido em sua língua natural (Libras) não é atendido por falta de recursos e de profissionais qualificados. Embora a legislação garanta diversos direitos aos surdos, ainda há um longo caminho para que esses sejam plenamente garantidos.

No contexto social, é preciso combater a cultura que tem uma tendência à segregação de tudo e todos que são diferentes. Estamos ainda distantes de uma sociedade de pleno direito. Na sociedade ideal, o surdo, assim como qualquer outro cidadão, não precisaria ressaltar e cobrar o seu direito para ter acesso a ele. Esse direito já seria de conhecimento de todos, sendo respeitado de forma natural. Afinal, a única diferença é que o surdo tem uma língua. E ponto. É uma forma diferente de se comunicar, que valoriza mais o aspecto visual, mas não é melhor nem pior do que a comunicação oral. É apenas diferente, constituindo uma outra cultura.

É preciso valorizar e difundir a cultura surda também na comunidade ouvinte. Um intercâmbio cultural poderia tornar o “estranho” e “desconhecido” comum,

promovendo uma proximidade maior entre esses “dois mundos”, tão distintos e tão entrelaçados ao mesmo tempo. É preciso conviver com a diferença para compreendê-la, e isso é importante tanto para o surdo quanto para o ouvinte.

Apesar dos desafios, nota-se que essa situação de segregação e exclusão está mudando aos poucos. Existem cada vez mais pessoas conscientes da importância de valorizar a identidade e a cultura surda, acolhendo e respeitando as diferenças e desenvolvendo trabalhos excelentes com o intuito de promover uma educação equitativa e de qualidade tanto para surdos quanto para ouvintes, em um mesmo contexto educacional.

Sob essa ótica, destaca-se a necessidade de trabalhar os seguintes aspectos no contexto educacional: valorização da Libras e da riqueza da cultura do surdo; respeito ao espaço visual durante a interação com o surdo, evitando ficar de costas; utilização da linguagem corporal e da expressão facial para reforçar a ideia que está sendo transmitida; respeito ao tempo de aprendizado de cada aluno; importância de o aluno surdo ter professores surdos e professores ouvintes, fazendo a correta distinção entre eles; relevância da inclusão das estratégias e recursos visuais nas aulas; necessidade de cada um assumir a sua responsabilidade e cumprir o seu papel; e, por fim, utilização nas aulas de materiais (livros, vídeos, textos, etc.) produzidos por surdos, pois eles trarão uma interpretação mais natural dentro do contexto da língua de sinais.

Diante dos resultados obtidos, espera-se que pesquisas como esta continuem sendo realizadas, pois ainda há muitas questões que precisam ser elucidadas e colocadas em evidência no que se refere à educação de surdos.

Referências

AMARAL, Marco Antônio Franco do. Prefácio. *In*: SCHÜZ, Jenerton Arlan et al. (orgs.) **Um olhar sobre a educação contemporânea** [recurso eletrônico]: abrindo horizontes, construindo caminhos. Cruz Alta: Ilustração, 2020. v. 1.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/566431/publicacao/15727237>> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 7 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília – DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília - DF: Inep, 2015a. 404 p.:il. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília - DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília – DF, 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília – DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapesp.pdf>> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília – DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso: 20 de jan. de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília – DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso: 20 de jan. de 2021.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Surdez, Cognição Visual e Libras:** estabelecendo novos diálogos. 2. ed. revisada e ampliada. Recife: Ed. do Autor, 2011. 384 p.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos:** identidade, diferenças, contradições e mistérios. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24287/T%20-%20FERNANDES,%20SUELI%20DE%20FATIMA%20.pdf?sequence=1>> Acesso em: 12 de fev. de 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?:** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Prefácio de Pedro M. Garcez. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP Nº 02/2020, de 17 de março de 2020.** Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/resolucao-022020-sobre-o-regime-especial-de-aulas-na-o-presenciais/>> Acesso: 12 de dez. de 2020.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP Nº 15, de 10 de agosto de 2020.** Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/resolucao-ceecp-n-152020-autoriza-reanp-ate-o-finaldo-ano-letivo-e-estabelece-normas-para-realizacao-de-avaliacoes/>> Acesso: 12 de dez. de 2020.

GOIÁS. CEE. **Resolução CEE/CP Nº 20, de 06 de janeiro de 2021.** Disponível em: <<https://cee.go.gov.br/resolucao-ceecp-n-20-2020-dispoe-sobre-o-encerramento-do-ano-letivo-2020/>> Acesso: 12 de jan. de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. O povo do olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento visual e surdez.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2017.

MACHADO, Rosângela. Educação Inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora). **O desafio das diferenças nas escolas.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. Vária Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Dionei Rua dos. **Ensino de ciências da natureza aos alunos surdos:** as histórias em quadrinhos como recursos pedagógicos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4. ed. 1. reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.

TAVEIRA, Cristiane Correia; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva. O letramento visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento visual e surdez.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2017.